

A incorporação de lutas transversais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Pedro Rosas Magrini

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras no ano de 2007, mestrado em Administração na área de Gestão social, Ambiente e Desenvolvimento no ano de 2010. Atualmente é doutorando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC) na área de concentração de Estudos de Gênero (EGE) e na linha de pesquisa de Gênero e suas Inter-Relações com Geração, Etnia, Classe (GIRGEC).

pemagrini@yahoo.com.br

Mara Coelho de Souza Lago

Professora doutora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

maralago7@gmail.com

Resumo

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social de luta pela terra que tem apresentado várias propostas e discussões avançadas em diversas temáticas emergentes na sociedade. O movimento tomou grandes dimensões no Brasil, tanto em termos numéricos quanto em termos de demandas e reivindicações. Seus objetivos vêm sendo ampliados no processo de sua organização e consolidação histórica, e várias outras lutas foram e estão sendo incorporadas, como, por exemplo, a luta pela igualdade de gênero e a valorização da diversidade étnico-racial. Nosso objetivo é compreender os processos que levaram o MST a

incorporar linhas políticas de gênero e diversidade, e a concepção que o movimento tem sobre essa discussão, por meio da análise de documentos disponibilizados no *site* do MST, bem como em cartilhas, livros e apostilas de formação. Os primeiros apontamentos indicam que temáticas transversais de gênero, sexualidade, raça e etnia têm *status* bem diferenciados e não acontecem de forma articulada, poucas vezes sendo utilizadas numa perspectiva interseccional. Além disso, a discussão sobre sexualidade é praticamente inexistente e assuntos fundamentais que emergem em toda a sociedade, como a *AIDS*, o aborto e a homossexualidade, têm sido negligenciados.

Palavras-Chave: MST, interseccionalidades, gênero, sexualidade, raça

1 Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais brasileiros que tem gerado maior atenção nos últimos 30 anos, contando tanto com simpatizantes e admiradores que defendem e apoiam as ocupações, quanto com opositores que discordam e criminalizam essas ações. Mais do que isso, o MST e as experiências coletivas em assentamentos e acampamentos têm sido objeto de reportagens, documentários e filmes, além de estudos das mais diversas áreas do conhecimento no Brasil e no mundo. Inúmeras teses, dissertações e artigos são feitos a cada ano na tentativa de compreender um pouco mais esse importante ator social¹.

Em quase 30 anos de história, o movimento alcançou grandes dimensões, tanto em termos numéricos quanto em termos de demandas e reivindicações que vem alcançando. Hoje, ele está organizado em quase todos os estados brasileiros, nas cinco regiões do País, abrangendo mais de 350 mil famílias. Existe hoje uma ampla estrutura que organiza desde as famílias acampadas e assentadas até a direção nacional. Configura-se,

¹ Em sintética pesquisa feita no Banco de Teses da CAPES utilizando a palavra-chave “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, encontramos quase 500 trabalhos, entre teses e dissertações escritas entre 1987 e 2010.

portanto, uma estrutura burocrática que abrange desde a base até as instâncias superiores (OLIVEIRA, 2008). Além disso, o MST se articula com diversas organizações brasileiras e internacionais, sendo hoje, o movimento mais abrangente e impactante no Brasil (SCHERER-WARREN, 2012)². Seus objetivos vêm sendo ampliados, sendo que os focos que se baseavam, inicialmente, em uma luta de natureza mais econômico-corporativa, no processo de sua organização e consolidação histórica, vêm se modificando e várias outras bandeiras foram e estão sendo incorporadas.

Essa transversalidade de ações pode ser observada no *site* do MST, que apresenta uma pauta multidimensional, representada por nove bandeiras de luta: cultura, reforma agrária, combate à violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional e popular. Duas delas nos chamaram especial atenção: combate à violência sexista e diversidade étnica, por se tratarem de categorias que extrapolam a questão de classe, subentendida e hegemônica nas outras bandeiras.

Constatando que o MST vem adotando e incorporando essa pauta multidimensional, institucionalizando discussões transversais, produzindo cartilhas, organizando eventos, participando de marchas reivindicatórias e articulações com outros movimentos sociais, surgem-nos algumas questões: quais as principais características do MST como movimento social? O que significa incorporar bandeiras de luta interseccionais? Podemos dizer mesmo que as bandeiras de luta do MST são ações interseccionais? Quais são os significados que o MST atribui às categorias “gênero”, “diversidade”, “etnia”, “raça”, “sexualidade”? Quais são as lutas mais valorizadas/prioritárias e as negligenciadas/invisibilizadas pelo movimento?

Neste estudo, não pretendemos responder a todas essas perguntas, mas tentamos desenvolver algumas ideias que podem

² Em pesquisa feita por Scherer-Warren (2012, p. 77-80), após ampla análise da composição de redes articulatórias da sociedade civil organizada no Brasil, constatou-se que o MST é o ator coletivo mais relevante, devido a sua capacidade de articulação e visibilidade pública.

contribuir para refletir sobre essas novas ações do MST. Para isso, neste trabalho, a partir da análise de documentos que o movimento disponibiliza em seu *site*, assim como em cartilhas, livros e apostilas de formação, tentaremos compreender os processos que levaram o MST a incorporar linhas políticas de gênero e diversidade étnica, e a concepção que o movimento tem sobre essas discussões.

O trabalho está dividido, além desta introdução, em um referencial teórico, que distingue as nuances dos movimentos sociais latino-americanos, as novas configurações pós-globalização e onde o MST se enquadra com base nessa teorização. Além disso, para entender o que estamos chamando de lutas interseccionais, faremos uma discussão do conceito de interseccionalidade, como também um resgate histórico sobre a incorporação da discussão de gênero, sexualidade, raça e etnia pelo MST. Encerramos com alguns apontamentos que podem servir como estímulo para futuras pesquisas.

2 Teorizando movimentos sociais (MS), onde o MST se enquadra?

Neste tópico, apresentaremos uma reflexão sobre alguns conceitos a respeito dos movimentos sociais (MS) fundamentados em Maria da Glória Gohn (1997) e Ilse Scherer-Warren (2006) para compreender os processos que levaram o MST a diversificar sua pauta de lutas recentemente. Além de se configurar como um típico movimento social latino-americano, o processo de globalização influenciou as bases de luta, antes mais locais. Será fundamental expor alguns enquadramentos feitos na teoria dos movimentos sociais, pois há inúmeras teorias e cada uma tem sido objeto de variados entendimentos sobre o que são e a que tipo de manifestação social se refere, evidenciando a amplitude de conceitos.

Maria da Glória Gohn (1997) faz uma divisão explicativa entre os diversos paradigmas das teorias que estudam os movimentos sociais, destacando três: o norte-americano, o europeu e o latino-americano, cada qual em seus contextos

históricos específicos de lutas e movimentos sociais correspondentes. Para chegar a essa tipificação, a autora utilizou um critério geográfico-espacial, como recurso pedagógico, localizando, assim, as correntes teórico-metodológicas sobre os movimentos sociais.

Segundo a autora, as abordagens clássicas predominaram tanto na América do Norte quanto na Europa. O paradigma norte-americano se centrou na estrutura das organizações e o paradigma marxista, influenciado primordialmente pelas obras de Karl Marx, foi hegemônico na Europa e em grande parte do mundo até a metade do século XX. Não se tratava apenas de uma teoria que orientava estudos acadêmicos, mas diretamente os próprios movimentos sociais:

O marxismo não é apenas uma teoria explicativa, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isso muitas vezes suas análises se assemelham a uma guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos, mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica. (GOHN, 1997, p. 173)

Essa influência não se deu de forma linear e vários outros autores que se inspiraram em Marx difundiram sua obra e criaram a matriz referencial dos movimentos sociais marxistas, como Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci e, no pós-guerra, os estudos neomarxistas iniciados pela influente Escola de Frankfurt. Na década de 1960, difundiram-se severas críticas a essas concepções marxistas, principalmente as mais ortodoxas, o que gerou revisões críticas, culminando na proposição de uma nova abordagem, a dos “Novos Movimentos Sociais” (GOHN, 1997).

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista e da aproximação com as teorias norte-americanas. A preocupação central consistia em analisar os movimentos sociais que surgiram a partir de 1960, como o movimento ambientalista, o pacifista, o feminismo e o movimento negro. Segundo Gohn (1997), a preocupação desse novo paradigma seria: (1) construção de um modelo teórico baseado na cultura; (2) negação

do campo teórico marxista como campo da explicação da ação dos indivíduos e da ação coletiva da sociedade contemporânea; (3) eliminação no sujeito histórico redutor da humanidade, aquele que detém uma consciência autêntica; (4) a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida; e (5) atores sociais analisados por dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Conforme se percebe nesta rápida exposição, não é possível reduzir a multiplicidade de vertentes teóricas que se propõem a conceituar movimentos sociais num modelo geral, ainda mais em uma sociedade globalizada, multicultural e complexa, em que os movimentos sociais contemporâneos têm uma grande capacidade de adaptação, fugindo facilmente de uma tipificação estanque.

Na América Latina, por exemplo, apesar de grande influência dos paradigmas europeus, os movimentos sociais possuem características específicas e um pluralismo que dificilmente se enquadraria nas categorias supracitadas. O que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, compreendendo, hegemonicamente, movimentos sociais libertários ou emancipatórios populares nas áreas rurais e urbanas (GOHN, 1997).

Segundo Gohn (1997), na Europa, os NMS lutam por questões identitárias, como raça, gênero e sexo, e também por questões ambientais, focalizando principalmente direitos sociais e culturais. Na América Latina, essa distinção ocorre de forma diferente e os direitos econômicos continuam sendo prioritários. Os NMS lutam por terra, moradia e comida. Sejam eles, sem-terra, sem-teto, quilombolas e/ou indígenas, a luta é pela sobrevivência e pelas necessidades básicas. Os movimentos sociais latino-americanos se formaram e foram marcados em sua origem pela associação a grupos comunitários em que imperavam práticas de cunho populista e clientelista com imbricações com movimentos religiosos e étnicos, promovendo a defesa e a afirmação de uma identidade popular. Além de uma forte relação com a igreja, os sindicatos e os partidos políticos sempre tiveram grande influência.

No Brasil, essas características também são latentes e os movimentos populares nas áreas rurais têm importância significativa e representam o que há de mais icônico na luta por direitos libertários. Atualmente, um importante agente reivindicatório é o MST. Criado no final da década de 1970, espalhou-se por todo o território brasileiro, por meio de ocupações de propriedades públicas e privadas, montando e mantendo acampamentos e, sobretudo, buscando legitimação e reconhecimento por parte de agentes do Estado. Suas reivindicações requalificaram a questão agrária brasileira.

Apesar de o movimento se pautar pela luta por reforma agrária, várias outras discussões atravessam a questão, mas que nem sempre foram/são valorizadas ou priorizadas. Segundo Gohn (1997, p. 237):

Na América Latina a articulação entre diferentes lutas e movimentos sociais é um fato bastante recente. Nos anos 70 e em boa parte dos anos 80, embora existissem pessoas que participassem de vários movimentos sociais ao mesmo tempo, a articulação só ocorria em grandes eventos ou por acontecimentos excepcionais, como na solidariedade diante da morte. O movimento era composto basicamente por negros, o dos índios contava com o apoio já clássico do clero e de algumas ONGs [...] o das mulheres junto a movimentos feministas. A fase de redemocratização levou à institucionalização de alguns movimentos em secretarias governamentais ou em setores e secretarias de sindicatos, etc. Mas os movimentos populares mais combativos criaram estruturas nacionais próprias.

Os processos de globalização em escala mundial forçaram mudanças nas ações de movimentos sociais em todo mundo. Para Octavio Ianni (1999), a globalização na América Latina resultou em um processo de dissociação entre sociedade civil e o Estado, em que os movimentos sociais, bem como partidos políticos e sindicatos, perderam grande espaço para tudo o que é transnacional relativo ao mercado, ou como o autor denomina, para a “globalização pelo alto”. A alternativa a esse processo globalizante pelo alto seria uma “globalização por baixo”, em que classes e grupos sociais subalternos de diferentes localidades se organizassem para formular e construir práticas hegemônicas alternativas, combatendo a

“globalização pelo alto”.

De certa forma, essa “globalização por baixo” também vem acontecendo, mesmo que de forma desigual frente aos processos hegemônicos. Segundo Ilse Scherer-Warren (2006), com a globalização, os movimentos sociais se diversificaram e se complexificaram e as explicações paradigmáticas precisaram de revisões frente à emergência de novos sujeitos sociais e aos cenários políticos. Para a autora:

[...] as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do *self* de gênero, étnica, de classe, regional, mas, também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115)

O MST é um grande exemplo disso, nos últimos anos o movimento vem ampliando suas ações numa transversalidade de lutas, partilhando membros e líderes com outros movimentos sociais, oferecendo possibilidades de fortalecimento em lutas comuns e se aliando a lutas diversas. Essa coalizão, no entanto, pode gerar conflitos e divergências quanto aos fins e aos meios, gerando conflitos com outros movimentos e também dentro do próprio MST.

3 Lutas transversais: compreendendo o conceito de interseccionalidades ou categorias de articulação

Para compreender melhor o que estamos chamando de lutas transversais, desenvolveremos brevemente a ideia de interseccionalidades ou categorias de articulação. A discussão em torno das interseccionalidades está vinculada diretamente ao pensamento feminista, por isso, torna-se necessário resgatar um pouco das discussões feministas que culminaram numa proposta que alude à multiplicidade das diferenciações. Depois disso, resgataremos algumas das principais autoras feministas que discutem a temática.

Segundo Nancy Leys Stepan (1994), há séculos se utiliza a analogia entre categorias sociais no intuito de legitimar determinadas diferenças humanas. Na Grécia Antiga, por exemplo, Aristóteles associava as mulheres e os escravos a seres naturalmente inferiores. Na Idade Média, a binarização entre brancura e negritude criou um estigma até hoje presente, em que o primeiro é relacionado à beleza, pureza, paz e clareza e o segundo à feiura, impureza, violência e culpa. A partir do século XVIII, gênero e raça foram usadas como categorias análogas em explicações científicas que legitimavam o modelo de ciência então emergente. Mais do que apenas raça e gênero, essas associações entre categorias serviram para legitimar e distinguir um grupo humano superior e outro inferior. Segundo Stepan (1994, p. 75):

Por meio de uma série de analogias entrelaçadas e sobrepostas, envolvendo frequentemente comparações totalmente complexas e inter-relacionadas, associações identificações, uma variedade de ‘diferenças’ – físicas, psíquicas, de classe e de nacionalidade, foi trazida à tona junto com uma ciência biossocial de variação humana. Analogicamente às raças inferiores, a mulher, o desviante sexual, o criminoso, os pobres da cidade e os insanos eram, de um modo ou outro, considerados ‘raça à parte’, cujas semelhanças entre si e as diferenças com o homem branco ‘explicavam’ suas posições inferiores e diferentes na hierarquia social.

Os questionamentos quanto à inferioridade de certas “raças” se iniciaram de forma dispersa, sem que as associações utilizadas para inferiorizá-las fossem usadas analiticamente como ferramentas de combate aos preconceitos. Ao contrário, muitas vezes as lutas de movimentos se concentraram especificamente em uma questão central, subsumindo outras categorias. O feminismo se centrava na luta contra o patriarcado, os movimentos operários contra a burguesia, e o movimento negro contra a hegemonia branca. Focaremos aqui nossa discussão no feminismo, berço da discussão sobre interseccionalidades.

A condição subalterna da mulher, por exemplo, emerge com mais intensidade ainda no século XIX com a luta pelo sufrágio universal, mas foi com a publicação do livro *O segundo sexo*,

de Simone de Beauvoir, que os movimentos feministas adquiriram notoriedade e conseguiram enorme visibilidade política, tornando-se, segundo Arán e Júnior (2007), uma das revoluções mais importantes do século XX. Até o final da década de 1970, a tendência universal ou igualitarista, estava empenhada em combater o patriarcado, na verdade o homem/macho, sem considerar que havia diferenças entre as próprias mulheres, universalizando uma identidade feminina, essencializando e vitimizando o sujeito mulher (BENTO, 2006).

Na década de 1980, começam a aparecer exigências dentro do próprio movimento feminista contra a universalização dessa categoria “mulher”. Para Butler (2003, p. 20), “o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente e consistente nos diferentes contextos históricos [...] gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”.

Segundo Pierucci (1999), apesar da força das feministas de esquerda, foram as feministas negras, advindas dos movimentos negros, que mais influenciaram na inserção de variáveis interseccionais na categoria gênero. “O fator raça no nicho intelectual das escritoras e pesquisadoras feministas [foi] um evento de efeitos mais salientes e conseqüentemente na produção intelectual e na agenda política do movimento feminista do que na defesa filomarxista do fator classe” (PIERUCCI, 1999, p. 134).

Para Piscitelli (2008), apesar de ganhar espaço nas discussões feministas ainda na década de 1980, a articulação de categorias ganha espaço internacional e um corpo teórico mais consistente somente no final da década de 1990. Segundo a autora, duas autoras em especial trazem essa discussão sobre categorias interseccionais associando gênero e raça: Kimberlé Crenshaw e Avtar Brah.

Kimberlé Crenshaw, em seu artigo *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, apresenta-nos a necessidade de se compreender a diferença intragrupos e as várias formas de discriminação interativa. Adotando uma postura feminista, a

autora busca associar as experiências de gênero às de raça. Para isso, utiliza-se de uma metáfora que define a categoria “interseccionalidades” como avenidas ou ruas que se entrecruzam e se sobrepõem, criando complexas intersecções entre mais de dois eixos de subordinação, como raça, etnia, gênero e classe, entre tantos outros. Para Crenshaw:

[...] a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A outra autora em questão que discute interseccionalidades, sem, no entanto, utilizar a nomenclatura, é Avtar Brah. Ela é uma feminista britânica e, em seu artigo *Diferença, diversidade, diferenciação*, busca analisar como as questões de diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo podem ajudar a compreender a racialização do gênero. Ou seja, como a diferença racial se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como gênero, classe e outros modos de desigualdade. Ao contrário de Kimberlé Crenshaw, Avtar Brah busca compreender como a diferença racial se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno de marcadores como gênero. Segundo a autora, “tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça” (BRAH, 2006, p. 345).

Piscitelli (2008) distingue nas autoras duas abordagens sobre a interseccionalidades. Kimberlé Crenshaw representa uma abordagem sistêmica em que as relações de poder são tratadas como dominação, na qual uns têm poder e outros não. Avtar Brah se enquadra em uma abordagem construcionista, em que o poder é visto numa perspectiva relacional, alterando-se

constantemente, marcada por conflitos e resistências. Segundo ela:

[...] a proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos. (PISCITELLI, 2008, p. 266)

Todas essas abordagens não se resumem simplesmente em agrupar as múltiplas opressões ou simplesmente adicioná-las de maneira linear, hierarquizando e supervalorizando uma delas. Isso está se tornando corriqueiro e politicamente correto, contudo, segundo Brah (2006, p. 351), “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”.

4 MST, muito além da questão de classe

Nesse tópico, resgataremos um pouco da trajetória de incorporação de lutas identitárias pelo MST, principalmente as questões de gênero e de raça/etnia. Como a questão de gênero está muito mais avançada, trataremos dela primeiramente, resgatando algumas associações entre a trajetória do MST e a incorporação institucional da discussão em suas políticas de ação. Discussão essa que é pautada por um setor específico do movimento que se responsabiliza por uma política nacional de formação. Posteriormente, falaremos um pouco da questão étnico-racial, nova como abordagem assumida pelo MST, pelo menos em suas bandeiras de luta. Faremos algumas considerações sobre a posição do MST, a partir de conteúdos que o próprio movimento disponibiliza em cartilhas de formação e em documentos em seu *site* na *internet*, principalmente aqueles documentos oriundos dos congressos³ realizados pelo Movimento, pois são nesses eventos que novas políticas e estratégias de ação são traçadas.

³ Em 27 anos de história, o MST organizou cinco congressos nacionais.

Segundo Paulilo e Silva (2010), a discussão sobre a questão de gênero no MST está presente desde sua formação, na década de 1980, e foi fortemente influenciada pelo Movimento de Mulheres Agricultoras⁴ (MMA). Inicialmente no sul do País, lutas como preço mínimo de produtos, ocupações de terras, luta contra barragens e recuperação de terras indígenas pautavam as reivindicações de camponeses organizados e o MMA começou a estabelecer uma relação dessas lutas no campo com questões feministas, principalmente no que tange à aposentadoria para mulheres agricultoras. Símbolo da luta de mulheres camponesas, Luci Choinaski⁵, foi, talvez, a principal liderança desse processo de reivindicação do direito das mulheres no campo. Naquele período, tanto o MST quanto o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) passaram a incorporar questões de gênero como pauta de luta⁶.

Dentro do MST, a primeira atitude formal frente à questão de gênero foi tomada ainda no 1º Congresso Nacional, realizado em 1985, quando membros do movimento mostraram certa preocupação em relação à participação feminina, tendo como critério a participação mínima de 30% de mulheres⁷ nas instâncias organizativas do Movimento (MAGRINI, 2010).

Após alguns anos, em 1990, no 2º Congresso Nacional do MST, novas políticas apareceram, mostrando alguns avanços na discussão. As mulheres se organizaram e se firmaram como grupo que reivindicava o direito de associação nas associações, cooperativas e sindicatos, inclusive nas diretorias. Para conquistar um maior espaço institucional, assumiram um compromisso das mulheres votarem somente em mulheres. Outra conquista fundamental foi a assunção da profissão de

⁴ A partir de 2004, o MMA/SC se unificou com os demais movimentos de mulheres no Brasil criando o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), de organização nacional. Conferir em Salvaro (2004).

⁵ Luci Choinaski é uma importante líder camponesa de Santa Catarina, que iniciou sua militância nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no início da década de 1980 até se tornar deputada estadual e federal, o segundo cargo sendo exercido até hoje.

⁶ Outros fatores contribuíram para abertura maior nos espaços de participação das mulheres, como a influência do debate acadêmico, a pressão de agências financiadoras internacionais que solicitavam a contemplação da categoria gênero, tanto na reflexão teórica, como nos programas de ação dos movimentos, como condição de aprovação dos financiamentos e também os diversos convites para a participação em congressos e encontros internacionais.

⁷ A lei de cotas para mulheres (Lei n. 9100/1995) surgiu somente em 1995, determinando que 30% da representação no Legislativo sejam disponibilizadas para mulheres.

trabalhadora rural nos documentos, anteriormente constava a denominação “do lar” (MAGRINI, 2010).

Na realização do 3º Congresso Nacional, em 1996, o MST revelou uma nova postura diante da situação da mulher e da busca por relações igualitárias no interior do movimento. Entre os objetivos gerais⁸, um deles demonstrava uma preocupação que até então não havia sido discutida, associando discriminação com a questão da mulher: combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST, 2006). Nesse mesmo ano, aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Militantes do MST e, como fruto desse encontro, foram aprovados alguns encaminhamentos e elaborado um plano de trabalho impresso numa espécie de cartilha intitulada *A questão da mulher no MST*, como documento não só para as mulheres, mas para todo o movimento, servindo de roteiro para estudo e reflexão dos grupos de base (FURLIN, 2009).

A partir de 1998, vários movimentos sociais passaram a dar maior atenção à questão dos direitos da mulher e o acesso a terra na reforma agrária. Esse processo ocorreu devido à aceleração do ritmo da reforma agrária em resposta às ocupações e, em parte, devido a uma atenção maior dispensada às questões de gênero nas organizações mistas⁹. Assim, nesse período, o MST adotou a exigência da distribuição e titulação conjunta de terra para os casais e também a meta de 50% de mulheres nas lideranças de acampamentos e assentamentos (DEERE; LEÓN, 2002).

Até então, o discurso de gênero do movimento se centrava na participação das mulheres nas atividades dos acampamentos e assentamentos, bem como em suas instâncias organizativas. Sem dúvida, a paridade na representação nos espaços políticos institucionais do movimento representava um grande avanço para a organização. Contudo, essa paridade ainda se mostrava

⁸ No 4º Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, novos objetivos gerais do movimento foram traçados, entre eles a preocupação com o debate de gênero foi ampliada: “Garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres” (MST, 2006, p. 21).

⁹ Considera-se uma organização mista aquela composta por homens e mulheres.

limitada, levando-se em consideração que a questão de gênero se mostra muito mais ampla do que a igualdade numérica.

Em 1999, surge pela primeira vez uma proposta mais ampla e que vigora até hoje. O movimento criou um Setor de Gênero¹⁰, definindo objetivos e a primeira linha política de ação em âmbito nacional (MST, 2003, p. 25). As metas assumidas pelo MST, após essa nova compreensão, eram:

- a) garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra sejam em nome do homem e da mulher;
- b) assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
- c) incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados, em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
- d) garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos haja um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participem de todas as atividades como representantes da instância;
- e) garantir que, em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
- f) assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
- g) garantir a participação das mulheres na frente de massa e Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) para incentivá-las a ir para o acampamento, participar das atividades do processo de luta e serem ativas no assentamento;
- h) realizar discussões de cooperação ampla, procurando

¹⁰ Atualmente, existem treze setores organizados: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Formação, Frente de Massa, Gênero, Juventude, Produção, Projetos e Finanças, Relações Internacionais e Saúde.

estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios e lavanderias, comunitários etc.;

i) garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;

j) combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.

No *site* oficial do movimento, são apresentadas diversas bandeiras¹¹ de luta. Entre elas, podemos destacar a bandeira “Combate à violência sexista”.

Ano após ano temos acompanhado a violência de gênero que se impõe numa sociedade de modelo patriarcal como a nossa. Diversas são as formas de opressão de gênero que se projetam, sobretudo, sobre as mulheres. As mulheres continuam sendo mais mal remuneradas no mercado de trabalho, continuam tendo dupla, às vezes, tripla jornada de trabalho e continuam sofrendo com o assédio sexual e a violência física por parte dos homens. Dados do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) revelam que no Brasil a cada 15 segundos uma mulher é agredida fisicamente por um homem; 70% delas sofrem a agressão do próprio parceiro (marido, namorado, companheiro, etc.). Lutamos para transformar a sociedade e entendemos que a organização das mulheres é fundamental para a superação do modelo capitalista e para por fim a violência sexista enraizada neste modelo. (MST, 2011)

Além das metas de paridade nas divisões político-organizativas¹² que permanecem vigorando, quais os aspectos que podemos constatar sobre a perspectiva de gênero adotada pelo MST? Esse dois documentos nos fornecem vários indícios nesse sentido.

Primeiro, parece que a palavra gênero auxilia as reflexões dentro do MST, porém, está sendo utilizada como sinônimo de

¹¹ As bandeiras de luta são: cultura, reforma agrária, combate à violência sexista, democratização da comunicação, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político e soberania nacional e popular.

¹² Entendem-se como divisões político-organizativas (DPOs) os setores de organização interna, a coordenação da área (assentamento ou acampamento), os núcleos de base e as associações e ou cooperativas.

mulher. Uma mulher camponesa universal (MAGRINI, 2011). Mesmo que se admita, no plano discursivo, a intersecção entre classe e gênero (ver no item g), as observações e consultas aos documentos realizadas até o momento, bem como as visitas a acampamentos, observação de encontros e congressos etc., sugerem que as práticas não se fundamentam numa perspectiva interseccional, à medida que não estão sendo incorporadas outras categorias, como raça e sexualidade e os homens têm sido colocados e/ou permanecido à margem das discussões. Essa hipótese, no entanto, precisa ser melhor verificada em análises mais profundas.

Segundo, fica evidente também que o MST concebe a família camponesa como sendo sempre heterossexual, mesmo já havendo casos de famílias homossexuais assentadas. Quando o MST no primeiro ponto “busca garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra sejam em nome do homem e da mulher”, ele garante a participação formal da mulher como proprietária e evita diversos problemas ocorrentes de opressão contras a mulheres, no entanto, pressupõe uma família nuclear e heterossexual, em que necessariamente o casal deva ser composto por um homem e uma mulher. Nesse caso, cabe indagar: o que aconteceria com casais homoafetivos? Outro ponto reforça o ideal de uma família nuclear: “assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família”. Mais uma vez a heteronormatividade fica evidente.

Terceiro, quando se fala em violência, a política de gênero adota um conteúdo bastante avançado, mas que exclui formas de violência simbólicas e principalmente aquelas motivadas pela homofobia. Ao combater o “assédio sexual e a violência física por parte dos homens”, concebem-se dois tipos de violência: a física e a sexual, contudo exclui-se a violência psicológica, talvez a mais comum. E mais, ao “combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo”, o

movimento exclui a homofobia como violência de gênero.

No documento do *site* que assume o compromisso de “Combate à violência sexista”, há várias palavras-chave que demonstram a postura, às vezes contraditória, adotada pelo movimento. Ao levantar a bandeira, o MST privilegia uma linguagem binária de sexo como sinônimo do termo “violência de gênero”, utilizada, como veremos a seguir, de forma reducionista, pois coloca a mulher como única a sofrer esse tipo de opressão. E, ainda, apesar de citar o modelo patriarcal e estimular a organização das mulheres, sobrepõe que essa superação do sistema patriarcal só ocorrerá com a derrocada do modelo capitalista. Como se as questões de gênero, especificamente a opressão contra a mulher, estivesse necessariamente associada à superação e à ruína do capitalismo, através do surgimento de uma sociedade socialista. Vemos nesse conteúdo uma clara aproximação com a tradição feminista marxista.

Por último, ao contrário da questão de gênero, que vem adquirindo espaço dentro das políticas internas do MST, a discussão sobre raça e etnia ainda é embrionária. Enquanto as desigualdades de gênero, mais especificamente a questão da mulher, tem uma jornada de lutas anual, com a participação das assentadas e acampadas do MST em reivindicações em todo o País, seja nos dias 8 de março, na Marcha das Margaridas¹³ e no Movimento de Mulheres Camponesas¹⁴, entre tantas outras datas e convergência de lutas, a questão de raça e etnia se resume a algumas campanhas das quais o movimento participa, como a Campanha pela demarcação das terras indígenas, ou seja, como solidariedade pela questão da terra. Poucas vezes a semana da consciência negra, por exemplo, é tratada como um período de reivindicação. Ainda não encontramos nenhuma convergência ou aproximação de lutas com redes como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

¹³ A Marcha das Margaridas é uma estratégia de mobilização realizada por um conjunto de movimentos de mulheres de várias identidades de todas as regiões brasileiras.

¹⁴ Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento de mulheres rurais que surgiu em 1995 como Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Está organizado em vários estados do País e apesar de ter uma organização autônoma, está fortemente ligado a outros movimentos de luta pela terra, como o MST, Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (MMC, 2012).

(CONAQ), nem nenhum outro movimento negro ou remanescente quilombola.

No mesmo documento em que as bandeiras de luta são elencadas, encontramos o único documento que coloca a questão étnico-racial como questão relevante. Dentre as nove bandeiras de luta, a diversidade étnica é colocada como fundamental para o MST.

Queremos ser uma sociedade que viva harmonicamente, com sua diversidade étnica e cultural, com oportunidades iguais para todos os brasileiros, com democracia econômica, social, política e cultural, como já determinou a Constituição Brasileira, mas é ignorada na realidade da economia e na prática dos três poderes constituídos. No Brasil sabemos que existe um histórico de ampla discriminação baseada em tipos físicos, cores e cultura. Os casos mais candentes são em relação ao povo negro e ao povo indígena. Por isso é essencial a existência de políticas públicas que garantam, por exemplo, a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. Também entendemos ser fundamental a existência de ações de combate aos preconceitos e as discriminações relacionadas às diferenças de cor, etnia, cultura e crenças religiosas e que promovam a valorização e o respeito à diversidade cultural. Para nós é fundamental a existência de políticas afirmativas que garantam a inclusão dos grupos historicamente excluídos. (MST, 2011)

Ao assumir a bandeira de diversidade étnica, o MST coloca a questão em termos amplos levando em consideração os tipos físicos, cores e cultura, ou seja, parece haver clareza que há hierarquias étnico-raciais e outras práticas baseadas no grupo. A demarcação dos territórios indígenas e quilombolas estão colocadas como necessidade de política pública, levando em consideração que essa população também tem direito a terra, sendo também eles sem-terra. Outra política colocada como necessidade são as políticas afirmativas.

O trecho em questão, apesar de sucinto, parece abarcar várias temáticas recorrentes na discussão sobre raça e etnia, mostrando que, dentro da perspectiva histórica que o movimento se pauta, há uma subordinação relacional entre os sem-terra, os povos indígenas e quilombolas e a população negra em geral.

5 Apontamentos finais

Nesse item final, faremos alguns apontamentos e não conclusões, pois este trabalho representa um *start* nessa trajetória que pretende ser longa. No MST, entendemos que as temáticas transversais de gênero, sexualidade, raça e etnia têm *status* bem diferenciados e não acontecem de forma articulada, poucas vezes sendo utilizadas numa perspectiva interseccional. Além disso, parece haver disparidade entre os discursos sobre as questões de raça e etnia e as de gênero. A institucionalização de ações políticas com base no gênero parece estar muito mais avançada do que as com base na raça/etnia. Há um setor nacional de gênero, inúmeras cartilhas, grande participação em datas reivindicatórias e pouca associação quanto à questão sobre raça/etnia. Além das bandeiras de luta, não encontramos muitos documentos que falem sobre a questão racial e étnica e, quando estão disponibilizados, centram-se na questão da terra. A adoção de uma política de incorporação da perspectiva étnico-racial como linha política parece eminente, pois a bandeira de luta já foi levantada.

Outra questão que nos parece extremamente relevante é a exclusão da discussão de temas como a *AIDS*, o aborto e a homossexualidade. Sabemos que o silêncio e a invisibilização representam muita coisa. É impossível estancar essas questões; não há como ignorar “novas” práticas, “novos” sujeitos e as “novas” contestações ao estabelecido. As Ciências, o Estado, as igrejas, os movimentos sociais, grupos progressistas, grupos conservadores e a sociedade como um todo estão atribuindo a esses sujeitos e a suas práticas distintos sentidos. Onde está o MST nesse quadro? Qual a posição do movimento?

Essas constatações preliminares não nos surpreendem, afinal, o MST, apesar de ser uma organização complexa e que vem assumindo uma postura de lutas diversificadas, norteia-se prioritariamente pela busca da reforma agrária, pautada pela luta de classes, apoiada em um corpo teórico que alia os princípios da teologia da libertação a um arcabouço teórico mais amplo, formado majoritariamente por autores marxistas.

Além disso, a influência de grupos progressistas da igreja, no processo de consolidação histórica, favoreceu uma forte conotação religiosa.

Algumas dessas características podem responder a várias de nossas dúvidas, seja na concepção ideológica do próprio movimento, que prioriza determinadas lutas em detrimento de outras, ou na própria limitação de se debater temas que ainda são tabus na sociedade. Assim, podemos perceber que, não obstante os inúmeros avanços que o MST representa em termos das lutas por uma sociedade mais justa, esse movimento ainda pode adotar uma perspectiva interseccional de luta.

Referências

- ARÁN, M.; JÚNIOR, C. A. P. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos PAGU*, v. 28, p. 129-147, 2007.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRASIL. Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 de set. 1995.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação, *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329-365, 2006.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DEERE, C. D.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- FURLIN, N. *A questão de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação da mulher*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/publicacoes_listar>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

IANNI, O. O Estado-Nação na época da globalização. *Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*, v. 1, n. 1, p. 105-118, jun. 1999.

MAGRINI, P. R. *Cruzando Fronteiras Invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no Sul de Minas Gerais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

MAGRINI, P. R. Discutindo gênero e sexualidade no MST. *Desafios da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, p. 1-11 2011.

MOVIMENTO de Mulheres Camponesas. *História*. 2012. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>>. Acesso em: 19 fev. 2012.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Sem Terra. *Construindo novas relações de gênero, desafiando relações de poder*. São Paulo: MST, 2003. (Setor de Gênero).

MOVIMENTO dos Trabalhadores Sem Terra. *Reforma agrária necessária*. São Paulo, 2006.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Sem Terra. *Nossas bandeiras*. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

OLIVEIRA, L. A. A. de. *A forma política do MST*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

PAULILO, M. I.; SILVA, C. B. da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide;

MENEZES, Marilda (Orgs.) *Gênero e gerações em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 37-62.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

SALVARO, G. I. J. “*Ainda precisamos avançar*”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) em SC. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

STEPAN, N. L. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 72-96.

The incorporation of transversal fights in the Landless Workers' Movement (MST)

Abstract

The Landless Workers' Movement (MST) is a social movement that fights for land, which has presented several proposes and discussions about various emerging themes concerning the society. The movement has reached great dimensions in Brazil, in numbers, demands and claims. Due to the process of organization and historical consolidation, other fights were incorporated in the movement such as the fight for gender equality and valorization of the ethnic-racial diversity. Our aim is to understand the processes that leded the MST to incorporate gender and diversity politics to its issues, and to comprehend the movement conception of those discussions through analysis of documents available at the MST web site, besides books, handbooks and manuals. The first verifications indicate that the transversal themes of gender, sexuality, race and ethnic group have different *status* and do not occur in an articulate way, having just a few intersectional perspectives. Besides, the discussion on sexuality is almost inexistent and important issues as AIDS, abortion and homosexuality have been neglected.

Keywords: MST, intersectionality, gender, sexuality, race

Artigo recebido em: 10/07/2013

Aprovado para publicação em: 20/07/2013